

UNIVERSIDADE E A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISES A PARTIR DA LÓGICA DO EMPRESARIADO

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1240-0285>

Universidade Federal de Campina Grande, Curso de Serviço Social, Sousa/PB -
Brasil

ingridy.lammonikelly@professor.ufcg.edu.br

Recebido em: 28.04.2026

Aceito em: 13.05.2026

Resumo: O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas em pesquisa de doutorado em que a pós-graduação brasileira é tomada como objeto de análise. O objetivo é apresentar o cenário da pós-graduação, considerando as investidas do empresariamento na Educação Superior brasileira nos últimos anos. Nossas reflexões levam em conta, para pensar a Educação, o caráter histórico, econômico, político, social e cultural da realidade brasileira, bem como do contexto global do desenvolvimento capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada no materialismo histórico-dialético. Almejamos contribuir com estudos que discutam a Educação Superior do Brasil, em especial a Pós-graduação, defendendo a produção do conhecimento crítica e propositiva. O trabalho está dividido em dois tópicos que problematizam os rumos da Educação Superior e da Pós-Graduação no Brasil.

Palavras-chave: Educação Superior; Pós-graduação; Capitalismo.

UNIVERSITY AND BRAZILIAN POSTGRADUATE STUDIES: ANALYSES BASED ON THE LOGIC OF BUSINESS

Abstract: This paper is the result of reflections made in doctoral research in which Brazilian postgraduate studies are analysed. The aim is to present the postgraduate scenario, taking into account the onslaught of the entrepreneurialisation of Brazilian higher education in recent years. In order to think about education, our reflections take into account the historical, economic, political, social and cultural character of the Brazilian reality, as well as the global context of capitalist development. This is bibliographical and documentary research, anchored in historical-dialectical materialism. We hope to contribute to studies that discuss higher education in Brazil, especially postgraduate studies, defending the production of critical and propositional knowledge. The work is divided into two topics that problematise the direction of higher education and postgraduate studies in Brazil. Translated with DeepL.com (free version)

Keywords: Higher education; Postgraduate; Capitalism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas em pesquisa de doutorado em que a pós-graduação brasileira é tomada como objeto de análise. O objetivo é apresentar o cenário da pós-graduação, considerando as investidas do empresariamento da Educação Superior brasileira nos últimos anos.

Para tanto, consideramos o contexto econômico, social, político e cultural do Brasil, enquanto resultado das relações sociais do capitalismo contemporâneo. Pensar a Pós-Graduação é tarefa necessária, situando-a como parte da Política Educacional, mais precisamente, na Educação Superior, que tem sido subtraída ao desenvolvimento tecnológico societário a serviço do capital. Realizamos o seguinte questionamento: com a Pós-Graduação se situa historicamente nas relações sociais do capitalismo brasileiro?

Os programas de Pós-Graduação estão inseridos na estrutura da Universidade e devem realizar mediações com os demais processos do ensino, como a graduação, a pesquisa e a extensão. Por tal, é atravessada pelas contradições que chegam ao âmbito da Universidade, apesar de ter particularidades próprias.

Nesse sentido, nos propomos a discutir a Pós-Graduação brasileira a partir do contexto da Educação Superior em meio às investidas do capitalismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada em diálogo com a tradição marxista e, por isso, evidenciamos o materialismo histórico-dialético como método de análise.

O trabalho está organizado em dois tópicos. O primeiro aborda problematizações relativas à Educação Superior e a Pós-graduação entre os anos de 1950 e 1960. No segundo tópico apresentamos discussões relativas aos anos de 1990.

UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

A Universidade é um espaço diverso e contraditório que expressa o movimento da realidade vivenciada pela dinâmica das relações sociais entre os sujeitos

submetidos ao capitalismo. No Brasil, carrega os traços próprios da formação social e tem como disputa política a construção de espaços democráticos do e para o conhecimento, com o objetivo de formar quadros de intelectuais para atuar nos mais variados espaços da vida social.

Ganha vida a partir dos diversos e, por vezes, contraditórios projetos da sociedade, que exteriorizam o movimento da luta de classes e o tensionamento ao Estado, realizado tanto pelos/as trabalhadores/as quanto pelo capital. Por isso, a Universidade caminha entre dilemas que implicam possibilidades e limites para a construção de um espaço em que se preze o conhecimento como contribuição para a emancipação humana. É assim, conforme Chauí (2003, p.05): “uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. [...] vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade”.

No Brasil, a Universidade pública está atrelada à Política de Educação Superior e é prevista pela Constituição de 1988, com recursos definidos e previsões de sua oferta por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. É ocupada por estudantes, professores, ou seja, classe trabalhadora em sua diversidade, e tem como desafio a formação pública, laica e de qualidade.

A partir dos anos 1950, com a ideologia desenvolvimentista e nacionalista que passa a orientar as ações do Estado no Brasil em vista do alinhamento da produção capitalista brasileira ao capitalismo central, a Educação é incorporada como um importante instrumento para impulsionar a tecnificação dos sujeitos e deixá-los aptos para atuarem nas indústrias.

Esse movimento se concretiza no início dos anos 1960, especificamente, na Ditadura Militar, com a Reforma do Ensino Superior. É importante registrar que as reivindicações por modificações na educação superior vinham de diversos movimentos da sociedade, inclusive de movimentos políticos da esquerda, que entendiam a necessidade de reorganizar o modelo de educação superior que era ofertado, sobretudo pelo caráter conservador e autoritário desse ensino, o qual não se assemelhava aos interesses dos/as trabalhadores/as. No entanto, a reforma ou contrarreforma executada não atendeu às reivindicações dos grupos mais à

esquerda, acabando por instituir modificações que beneficiam o processo de reprodução do capitalismo brasileiro no cenário internacional.

Em 1969, foi decretada a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Junto com a aprovação da Reforma Universitária, também veio a aprovação do parecer CFE nº77/1969, que regulamenta, até hoje, a Pós-Graduação no Brasil. Saviani (2008) explica que havia um forte tensionamento dos setores empresariais que, preocupados com a necessidade de mudança na educação e com a disputa instituída pelos movimentos sociais, realizaram o fórum “A educação que nos convém”, para reafirmar os interesses da burguesia.

A Carta Magna de 1967, que orientava o regime da ditadura militar, trouxe severas implicações para a educação, sobretudo sobre a gratuidade da sua oferta, que deveria ser substituída pela concessão de bolsas. Segundo afirmação de Saviani (2008), nesse sentido, houve a recomendação, por parte do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, pela cobrança dos ingressantes na universidade pública. Essa orientação não foi aprovada, e o caminho da privatização da educação superior ocorreu pela via do investimento estatal nas instituições privadas.

Além dos investimentos na Educação Superior Privada, a lógica mercantil adentrou a Educação por meio das mudanças instituídas no funcionamento das Universidades. Passou-se a incorporar uma lógica de gestão baseada na ideia organizacional, acentuada nos preceitos do planejamento, da eficiência, do êxito, como bem sinaliza Chauí (2003), a partir de ações que formatam a Universidade Operacional.

Sobre a reforma universitária, Florestan Fernandes (1975, p. 63) explica que não havia como objetivo a resolução dos problemas que, de fato, estavam presentes no modelo de Universidade até então proposto. Na verdade, essa reforma tinha como objetivo “garantir controle da situação pelo comportamento político conservador”.

Fernandes (1975) contextualiza as problemáticas em torno do modelo de Universidade que era vigente até a reforma universitária, um modelo restrito às elites, que tratava o processo de aprendizado como um “dom”, de pouco acesso e que não atendia as necessidades da sociedade brasileira. A possibilidade de mudança desse modelo era vista como necessária pelos segmentos da sociedade,

mas a operacionalização de uma mudança só seria possível se houvesse o atendimento das reivindicações postas. Dentre as mudanças, o autor destaca o aumento da oferta de vagas, para que mais sujeitos acessassem o espaço do ensino superior. A autonomia universitária também era um ponto de pauta, pois, apenas com autonomia, seria possível enfrentar os monopólios do saber, o que envolvia a superação do modelo de professor catedrático, pelo tom autoritário que esse modelo tinha de centralizar o conhecimento em relações de poder.

O objetivo da formação também é apontado pelo autor, uma vez que a escola superior se voltava à formação de profissionais liberais. Era urgente a vinculação com a Pesquisa e com o atendimento dos anseios da ciência e da tecnologia, por acreditar que seria possível, dessa forma, superar os atrasos acumulados na escola superior tradicional e instituir uma formação com teor de pesquisa, que engendrasse processos culturais e autônomos.

A proposta de um novo modelo de Universidade precisava superar o modelo formativo verticalizado e voltado para segmentos específicos da sociedade. Era preciso superar o que o autor chamou de modelo conglomerado de Universidades e propiciar uma linha para a apreensão das problemáticas do país.

As análises de Florestan Fernandes representam um movimento importante dos grupos de vinculação crítica ao modelo de capitalismo posto no Brasil. Antes da disseminação dos estudos realizados pelos intelectuais da teoria da dependência, o desenvolvimento interno do Brasil, para atendimento de interesse próprio, era algo posto nos círculos de debates. Acreditava-se na possibilidade de desenvolvimento do país e, assim, na melhoria das condições de vida e de trabalho, por meio do alcance das estratégias para aprimoramento da utilização das forças produtivas.

Nesse sentido, defendia-se uma Universidade integrada e multifuncional capaz de desenvolver conhecimento e formação intelectual para atender as necessidades internas do Brasil. No entanto, a reforma universitária não entregou uma revisão que atendesse a esses aspectos. Ao contrário: a reformulação alinhava-se aos interesses dominantes do capitalismo internacional.

Para tanto, a Pós-Graduação integrada à Universidade deveria estar articulada à difusão da pesquisa e a um novo modelo pedagógico que estabelecesse relação com a ciência e a tecnologia. Junto à reforma, o parecer que institui a

Pós-Graduação reverbera por um modelo de formação voltado à "qualificação" dos/as trabalhadores/as, espelhado no modelo estadunidense e europeu.

A Ditadura Civil Militar tensionou as relações sociais capitalistas brasileiras, não só pela forma tenebrosa de impor o autoritarismo, mas por representar também a tentativa do país de se adequar à lógica imperialista do capital. Utilizou o discurso de que o desenvolvimento econômico possibilitaria o desenvolvimento social, ocultando as contradições existentes.

As exigências do capitalismo global e da elite econômica brasileira influenciam a necessidade de tornar a Pós-Graduação viável no Brasil. A meta era/é capacitar os/as trabalhadores/as de maneira técnica para que possam colaborar no crescimento econômico do país. Isso implica oferecer um conhecimento individual orientado para a pesquisa em inovações tecnológicas, fortalecendo o mercado, ao mesmo tempo em que transforma o exército industrial de reserva em uma força técnica, promovendo a cultura do empreendedorismo e do consumismo.

A Pós-Graduação no Brasil passa ser o espaço da produção do conhecimento e do incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), instituída no ano de 1951, passa a atuar como instituição de direcionamento para Pós-Graduação, operando por meio de Planos Nacionais, com o objetivo de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação. O CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o qual tem o objetivo de fomentar projetos científicos que contribuam com o desenvolvimento científico e tecnológico, também passa a financiar as pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação, por meio do que é hoje o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Segundo Neves e Pronko (2008), o Estado brasileiro passa a ser induzido a renovar a pesquisa, para, assim, inserir o país na rota do capitalismo internacional¹. A fusão entre ciência, tecnologia e informação, que, nos países desenvolvidos, já se encontrava em ascensão, passa a ser instituída no Brasil, com base na lógica de

¹ É importante ressaltar que os investimentos em pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico, são vistos, na realidade brasileira, desde o período desenvolvimentista. No entanto, o direcionamento do Estado para a realização de uma política de desenvolvimento científica e tecnológico efetiva-se a partir do período do Regime Militar, com a Pós-Graduação, fortalecido nos anos de 1990, em meio à reabertura democrática (NEVE; PRONKO 2008).

uma “nova” ciência, equacionada para os resultados do desenvolvimento tecnológico, visando ao aprimoramento do mercado.

A CENA CONTEMPORÂNEA E AS INVESTIDAS DO CAPITALISMO SOBRE A UNIVERSIDADE E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Por meio desta lógica organizacional, a produção do conhecimento no Brasil se atrela ao setor público, através das iniciativas do Estado, o que ganha dimensão ainda mais central, a partir dos anos 1990. Os efeitos da ampliação da incorporação do conhecimento científico como saída da crise passam a ser sentidos na realidade brasileira, com mais afinco em meio ao projeto neoliberal.

As análises sobre a arquitetura da contrarreforma formulada pelo neoliberalismo no Brasil podem ser encontradas em Behring (2008). A autora explica como a influência internacional implicou as mudanças do Estado brasileiro, que passou a atuar em um processo de desnacionalização da economia, a qual significou vinculação política, econômica e ideo-política com os organismos multilaterais. Somado a isso, aprofundou-se o processo de industrialização de novos setores e o grau de mercadorização das políticas sociais pertencentes à Seguridade Social, em um claro movimento de financiamento da dívida externa e da adequação do Brasil às novas exigências do grande capital, contrário ao que estava posto na Constituição de 1988. As primeiras ações para o desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil estão expressas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual orienta a retirada de serviços essenciais, como a Educação e a pesquisa científica do rol das prioridades de investimento exclusivo do Estado. A responsabilidade da oferta passa a ser partilhada com o setor público não estatal e o privado, com a finalidade de “publicização”, que, na prática, consiste em alocar as funções do Estado para as instituições de caráter privado.

O movimento societário dos anos 1990 – pós-Constituição de 1988 – revela a contradição do sistema vigente em sua forma mais madura. A organização política interna do Brasil consegue barganhar em torno das pautas democráticas que põe fim ao núcleo mais duro da ditadura militar. No entanto, o projeto em curso de reorganização do capitalismo pela via neoliberal impõe suas exigências, trazendo

significativos desafios e perdas para o avanço em curso na formulação dos direitos sociais via Constituição de 1988.

Ao longo dos períodos históricos, o neoliberalismo é mediado pelos diversos e não unitários interesses das classes. A materialidade deste é atravessada pelas políticas de governo, as quais são tensionadas pelo poder organizativo dos/as trabalhadores/as. Assim, após mais de dez anos de um núcleo mais duro do neoliberalismo, chega ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, trazendo uma proposta de fortalecimento e consolidação da democracia, por meio da política do consenso, centrando a proposta de governo nos programas de transferência de renda.

Certamente, podemos afirmar que houve uma melhoria substancial nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que o viés progressista do PT apostava em uma perspectiva "neodesenvolvimentista", com o crescimento econômico associado ao desenvolvimento social (CASTELO, 2012). Tratou-se de um governo na perspectiva social-liberal, que efetivou uma política de mediação com os investimentos em políticas sociais, ao mesmo tempo em que negociava com o grande capital.

Efetivamente, os governos do PT, especialmente os três primeiros mandatos (dois de Lula e o de Dilma), conseguiram articular, com limites e contradições, um sistema de garantia de direitos via Políticas Sociais, com a ascensão de grupos sociais até então inviabilizados da participação política. Os governos do PT investiram na construção e caracterização de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Trouxeram incentivos para a educação superior, por meio de programas, como o Programa de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010; Programa Bolsa Permanência (PBP), em 2013; o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento às Instituições de Ensino Superior (PROEIS), em 2012, e os mais conhecidos, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de 2012, além do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2005.

No que tange aos investimentos no Sistema de Pós-Graduação, os governos do PT foram responsáveis por diversos programas, a exemplo do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior (AEX), de 2009; Programa de Apoio à

Pós-Graduação (PROAD), de 2014; Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), de 2010, e o Ciência Sem Fronteiras, de 2011.

Entretanto, na essência, o PT, nos dois mandatos de Lula e no de Dilma, não radicalizou as instâncias de disputa ideológica. Ao contrário, a política governamental foi atrelada às ações da (contra) reforma já em curso, dando seguimento às privatizações, à terceirização e à desregulamentação do mundo do trabalho. Nos campos que evidenciamos, ciência e Pós-Graduação, observa-se a necessidade de alinhar os interesses do desenvolvimento científico às exigências de prosperidade e progresso pela via do capitalismo.

No cenário pós-golpe de 2016, estava posta uma política antipetista e a ascensão da extrema-direita no Brasil, alicerçadas na ideologia neoliberal e no neoconservadorismo, o que possibilitou a chegada de Bolsonaro e a expansão do bolsonarismo. Para Mattos (2022), a chave explicativa para a chegada do governo Bolsonaro é a crise econômica, política e cultural que se espalhou pelo Brasil, o que culminou com as manifestações de 2013, em que a extrema direita usurpou as pautas políticas dos segmentos populares mais organizados e tomou o cenário a seu favor.

O governo de Bolsonaro parte das ações já em curso pelo documento “Ponte para o Futuro”, que reverbera por uma vertente agudizada do neoliberalismo, impondo o congelamento, por 20 anos, dos investimentos na Seguridade Social brasileira, por meio da emenda constitucional promulgada ainda no governo Temer. Passa também, no cenário pós-golpe, a reforma trabalhista e previdenciária e todo o pacote de ajuste fiscal comandado por Paulo Guedes, ministro da Economia no Governo de Bolsonaro.

O governo de Bolsonaro foi caracterizado como de novo tipo, por trazer uma perspectiva de neoliberalismo ainda mais profunda, por aliar a destituição da coisa pública com a narrativa e a simbologia do fascismo. Para Mattos (2022), o caráter neofascista do governo Bolsonaro caracteriza-se não apenas pela ocupação da arena parlamentar/institucional, mas por assentar-se em mobilizações de massas, por formular uma base social variada, em que o núcleo estruturante é a pequena burguesia e as frações assalariadas médias e superiores.

É preciso destacar que, durante o governo Bolsonaro, o mundo vivenciou a

pandemia da COVID-19, que dizimou milhares de pessoas e potencializou a barbárie do capitalismo contemporâneo, demonstrando a secundarização da vida em detrimento do lucro do capital. A COVID-19 não pode ser tomada como elemento fundante da crise do capital que a antecede, mas é [...] potencializada pelas estratégias de enfrentamento da crise do capital, levadas a efeito pela burguesia, para reverter a queda da taxa de lucro [...] (MOTA, 2021, p. 51).

Para o campo da produção do conhecimento, foi um período histórico de grandes incertezas, provocadas pelos constantes cortes na Educação e no descrédito das instituições de conhecimento. Também foi um período de avanço do uso das tecnologias da informação e de consolidação da perspectiva do Ensino a Distância, Híbrido e Remoto, antes utilizado apenas em excepcionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, é importante frisar que partilhamos da tese de que os elementos políticos, culturais e ideológicos presentes na realidade brasileira são resultados de uma contraofensiva do capitalismo, em resposta a uma crise que, apesar de iniciada no campo econômico, ganha espaço nos demais âmbitos da sociedade. A estratégia que o capitalismo utiliza para manter sua produção e reprodução é a criação de novas capacidades produtivas e a extensão de suas relações, buscando intensificar o trabalho, sem aumentar – e até mesmo reduzindo – o seu tempo socialmente necessário.

A necessidade de se apropriar cada vez mais do conhecimento e, assim, deter, sob seu domínio, o poder de transformação das forças produtivas, é uma das principais estratégias do capitalismo na atual fase. Tanto é que, além do fortalecimento de suas bases produtivas, o conhecimento expresso na ciência ou na negação dela contribui para o aprofundamento da alienação e do estranhamento.

É nesse sentido que a política adotada para a Pós-Graduação se ancora em um discurso de validade e da qualidade, mediado pelos interesses do mercado, sem considerar o conhecimento que revela as contradições e que reflete sobre estratégias para o enfrentamento das problemáticas oriundas do movimento do capital. Segundo Oliveira (2019), essa organização configura-se a partir de: intenso

processo de mercantilização da oferta da pesquisa; no desenvolvimento dos objetivos da educação superior focada nos interesses comerciais e menos na formação de sujeitos críticos; no incentivo à competição entre países que sejam representantes na divisão internacional do trabalho científico; modificações nas formulações jurídicas; na amplitude do valor do conhecimento, dentre outras estratégias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, pela oportunidade de desenvolver a pesquisa com acesso à Bolsa Capes.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Serv. Soc. Soc.* nº 112, p. 613-636, 2012.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. *In: Revista brasileira de educação*, 2003.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: AlfaÔmega. 1975.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. As políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e a formação para o trabalho complexo no Brasil hoje. *In: O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. *In: Relações Internacionais*, 2022. Disponível em:

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf.

Acesso em: 24 nov. 2024.

MOTA, A.E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro. *In: CFESS. Diálogos do cotidiano – Assistente Social reflexões sobre o cotidiano profissional.*

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. *In: Cad. Cedes*, Campinas,

vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Assistente Social na docência no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Rio de Janeiro (2025). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2018). Especialista em Gestão de Instituições Públicas pelo Instituto Federal de Rondônia. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal da Paraíba (2018). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Pesquisadora dos Fundamentos Histórico, teórico e metodológico do Serviço Social brasileiro, bem como das questões relacionadas a Categoria Trabalho, Estado, Conhecimento e Política Social. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Marxismo e Serviço Social - TRAMASS.